

ESP-PENIT. JOSE PARADA NETO

Edital 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	380127-ESP-PENIT. JOSE PARADA NETO	GUILHERME PEREIRA BOIM	09/06/2026 16:27 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00135030/2026-14

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	6
7. DA FASE DE JULGAMENTO	8
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	10
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	11
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	11
11. DOS RECURSOS	11
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	12
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	14
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14

PREGÃO ELETRÔNICO

90013/2026

CONTRATANTE (UASG)

380127

OBJETO

Aquisição de **Gêneros Alimentícios (Estocáveis)**, para uso no preparo das refeições dos sentenciados e funcionários das Unidades Prisionais: **Penitenciária 'Adriano Marrey'** de Guarulhos, Penitenciária **'José Parada Neto'** de Guarulhos, Centro de Detenção Provisória **I e II de Guarulhos**, Centro de Detenção Provisória **I e II do Belém**, Centro de Detenção Provisória **I, II e III de Pinheiros**, durante o período de **01/05/2026 à 31/08/2026**.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.054.049,66 (Um milhão, cinquenta e quatro mil, quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos). O orçamento estimado do item com valores unitários possui caráter sigiloso até o momento de julgamento das propostas.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Divulgada na publicação no **PNCP**, **DOE** e jornal de grande circulação

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM



Baixe o app **Compras.gov.br**
e apresente sua proposta

PREÂMBULO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PREGÃO ELETRÔNICO

Processo Administrativo SEI nº 006.00135030/2026-14

Torna-se público que o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Administração Penitenciária, pela Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo, por meio do **Complexo Penal I de Guarulhos**, sediado na Rua Benedito Climério de Santana, 600 - Várzea do Palácio - Guarulhos/SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **aquisição de gêneros alimentícios (Estocáveis)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARCIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no [art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no [art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens 01 (vinculado ao item 02), 03 e 04, a participação será exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, se admitida a participação de cooperativas conforme item 3.10 deste Edital nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido previsto no subitem anterior limita-se às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas (se admitidas), desde que, no ano-calendário da licitação, não tenham celebrado contratos com a Administração Pública que ultrapassem o limite de receita bruta para enquadramento como EPP.

3.5.2. Para os itens 02 (vinculado ao item 01), fica reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos [§§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos [§§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infra-legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no [art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º](#) supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do [§ 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do [art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do [art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do [art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. ABERTURA DA SESSÃO, PROPOSTAS E LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,05 (cinco centavos)**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. *Não se Aplica.*

6.13. *Não se Aplica.*

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele

intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do [§ 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no [§ 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. *Não se aplica.*

6.22.2. *Não se aplica.*

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. *Não se aplica.*

7.10. *Não se aplica.*

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no [art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico claudineisouza@sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade

mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas ([art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no [art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no [art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): pagoncalves@sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet compras.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no [art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do [art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do [inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico compras.gov.br.
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. ANEXO I - **Termo de Referência**;
- 14.15.2. ANEXO II - **Estudo Técnico Preliminar**;
- 14.15.2.1 **Pesquisa de Preços** (caráter sigiloso somente até o momento de julgamento das propostas);
- 14.15.3. ANEXO III – **Minuta de Termo de Contrato**;
- 14.15.4. ANEXO IV – **Cópia da Resolução SAP 49/2024**;
- 14.15.5. ANEXO V – **Modelo referente a planilha de proposta**;

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO ABEL BATISTA GONCALVES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 16:27:22.

ESP-PENIT. JOSE PARADA NETO

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	380127-ESP-PENIT. JOSE PARADA NETO	GUILHERME PEREIRA BOIM	09/06/2026 16:25 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00135030/2026-14

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de **gêneros alimentícios estocáveis**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Cód Compras	Cód BEC	Descritivo	Descrição	Quantidade	Unidade
01	464553	120456	FEIJAO CARIOCA, GRUPO 1, TIPO 1	FEIJAO CARIOCA, GRUPO 1, TIPO 1 Variedade: Carioca;Classificação: Grupo 1, Classe Cores, Tipo 1;Safra: Novo;Qualidade: Constituido De Graos Inteiros E Saos;Umidade: Com Teor De Umidade Recomendada De Ate 14%; Higienico Sanitario: Isento De Materias Estranhas, Impurezas, Graos Mofados, Ardidos, Germinados E Carunchados; Acondicionamento: Embalagem Primaria Saco Plastico Atoxico Hermeticamente Fechado, Com Validade Mínima De 05 Meses Na Data Da Entrega;Legislacao: E Suas Condicoes Deverao Estar De Acordo Com O Decreto 6268/07, Instrucao Normativa 12/ 08, Rdc 259/02, Rdc 360 /03;Legisalcao I: Rdc 07/11 E Alteracoes Posteriores;Legislacao Ii: Produto Sujeito A Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa E Anvisa;	86.250	Kg
02 - Cota 25% ME /EPP					28.750	

03	463699	4595742	MARGARINA FRACIONADA	Margarina; Com Sal, Sem Gordura Trans; Com Teor de Lipídios Mínimo de 80%; Composta de Óleos Vegetais, Água, Leite, Sal; Estabilizante, Conservador, Acidulante, Aromatizante e Outros Ingredientes Permitidos; Transportada e Conservada a Uma Temperatura Não Superior a 16°C; Embalagem Primária Pote Plástico Atóxico e Lacrado; Com Validade Mínima de 5 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 331/19, In 60/19(anvisa), Rdc 259/02, Rdc 360 /03, In 66/19(mapa) e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Deter. Pela Anvisa e Mapa;	400	EMB 500G
04	233873	6252400	TEMPERO COMPLETO S/ PIMENTA	Condimentos para Carne; Mistura Preparada; Composto de Sal (70%), Açúcar, Antioxidante, Proteína de Soja; Especiarias e Aromas Naturais; Em Pasta, Embalagem Primária Aluminizada, Hermeticamente Fechada e Atóxica; Com Validade Mínima de 10 Meses Da Data de Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Portaria Ms 540/97, Rdc 272 /19, Rdc 724/22, In 161/22 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	200	Emb. 1 Kg

1.1.1. Em **caso de eventual divergência** entre a descrição do item do catálogo do sistema compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, **prevalecem as disposições deste Termo de Referência**.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **04 (quatro) meses, de maio a 31 de agosto de 2026**, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.5. *Não se aplica.*

1.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.7. O Contratado **não poderá** subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme detalhamento a seguir:

- I. Id PCA PNCP: **96291141000180-0-000013/2026**
- II. *Data de publicação no PNCP:* **29/05/2025**
- III. *Id do Item no PCA:* **22**
- IV. *Classe Grupo:* **8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS**
- V. *Identificador da Futura Contratação:* **380127-29/2026**

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

4.2. *Não se aplica.*

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. *Não se aplica.*

Da exigência de amostra

4.4. *Não se aplica.*

4.5. *Não se aplica.*

4.6. *Não se aplica.*

4.7. *Não se aplica.*

4.8. *Não se aplica.*

4.9. *Não se aplica.*

4.10. *Não se aplica.*

4.11. *Não se aplica.*

4.12. *Não se aplica.*

4.13. *Não se aplica.*

4.14. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.15. Não se aplica.

Garantia da contratação

4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.17. Não se aplica.

4.18. Não se aplica.

4.19. Não se aplica.

Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.20. Em cumprimento ao inciso III do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), o item 02 constitui cotas reservadas para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no [art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007](#) (ME/EPP/EQUIPARADAS), observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência.

4.20.1. Se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota principal, **será efetuada negociação** para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo **menor valor**.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Item	Cód Compras	Cód BEC	Descritivo	Descrição	Quantidade por Entrega	Período	Unidade
01	464553	120456	FEIJAO CARIOCA, GRUPO 1, TIPO 1	FEIJAO CARIOCA, GRUPO 1, TIPO 1 Variedade: Carioca;Classificação: Grupo 1, Classe Cores, Tipo 1;Safrá: Novo;Qualidade: Constituído De Graos Inteiros E Saos;Umidade: Com Teor De Umidade Recomendada De Até 14%;Higienico Sanitário: Isento De Materias Estranhas, Impurezas, Graos Mofados, Ardidos, Germinados E Carunchados;Acondicionamento: Embalagem Primária Saco Plástico Atóxico Hermeticamente Fechado, Com Validade Mínima De 05 Meses Na Data Da Entrega;Legislação: E Suas Condições Deverão Estar De Acordo Com O Decreto 6268/07, Instrução Normativa 12/ 08, Rdc 259 /02, Rdc 360/03;Legislação I: Rdc 07 /11 E Alterações Posteriores; Legislação II: Produto Sujeito A	10.781	Quinzenais	Kg
02 - Cota 25% ME /EPP					3.594	Quinzenais	

				Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa E Anvisa;			
03	463699	4595742	MARGARINA FRACIONADA	Margarina; Com Sal, Sem Gordura Trans; Com Teor de Lipidios Minimo de 80%; Composta de Oleos Vegetais, Agua, Leite, Sal; Estabilizante, Conservador, Acidulante, Aromatizante e Outros Ingredientes Permitidos; Transportada e Conservada a Uma Temperatura Nao Superior a 16°C; Embalagem Primaria Pote Plastico Atoxico e Lacrado; Com Validade Minima de 5 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 331/19, In 60/19(anvisa), Rdc 259/02, Rdc 360 /03, In 66/19(mapa) e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Deter. Pela Anvisa e Mapa;	200	Bimestrais	EMB 500G
04	233873	6252400	TEMPERO COMPLETO S/ PIMENTA	Condimentos para Carne; Mistura Preparada; Composto de Sal (70%), Acucar, Antioxidante, Proteina de Soja; Especiarias e Aromas Naturais; Em Pasta, Embalagem Primaria Aluminizada, Hermeticamente Fechada e Atoxica; Com Validade Minima de 10 Meses Da Data de Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria Ms 540/97, Rdc 272 /19, Rdc 724/22, In 161/22 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	100	Bimestrais	Emb. 1 Kg

5.2. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços, **que serão especificados no cronograma, que será enviado após a contratação:**

Unidade	Endereço

<p>Penitenciária Adriano Marrey</p> <p>PARCIALMENTE OS ITENS 01 ao 04</p>	<p>Rod. Pres. Dutra, s/n - Parque Cecap, Guarulhos - SP</p>
<p>Penitenciária José Parada Neto</p> <p>PARCIALMENTE OS ITENS 01 ao 04</p>	<p>R. Benedito Climério de Santana, 600 - Várzea do Palácio, Guarulhos - SP</p>

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega **não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias**.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **02 (dois) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal /Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. *Não se aplica.*

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com **ENTREGA PARCELADA**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.13. **Ato de autorização para o exercício da atividade,** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

8.16. **Prova de regularidade fiscal** perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.19. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital** quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o **fornecedor se considere isento ou imune** de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de **declaração da Fazenda** respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como **microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará **dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal**.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples;

8.24. **Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.25. *Não se aplica.*

Outras comprovações

8.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

- 8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.26.3. Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
- 8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.]

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: **380127**;
- II. Fonte de Recursos: **150010001**;
- III. Programa de Trabalho: **14421381565790000**;
- IV. Elemento de Despesa: **339030**;
- V. Plano Interno: **0336**

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO ABEL BATISTA GONCALVES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 16:25:37.

ESP-PENIT. JOSE PARADA NETO

Estudo Técnico Preliminar 15/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00135030/2026-14

2. Descrição da necessidade

A presente contratação fundamenta-se no imperativo legal e constitucional de garantir alimentação adequada, segura e nutricionalmente balanceada aos reeducandos e servidores das unidades prisionais sob gestão do Complexo Penitenciário I de Guarulhos. Conforme disposto no [art. 41, inciso I, da Lei nº 7.210/84 \(Lei de Execução Penal\)](#), o Estado tem o dever de suprir as necessidades básicas dos custodiados, reforçado pelo princípio da dignidade da pessoa humana ([CF/88, art. 1º, III](#)). Ademais, o [Decreto Estadual nº 43.339/98 e as Resoluções SAM-SP nº 16/98 e SOG-9/2021](#) estabelecem critérios técnicos rigorosos para a oferta de refeições no sistema prisional paulista, exigindo quantitativos e especificações que assegurem padrões mínimos de saúde e bem-estar. A ausência de regularidade no fornecimento comprometeria não apenas o cumprimento de obrigações legais, mas também a ordem e a segurança das unidades, uma vez que a alimentação inadequada pode gerar conflitos internos e riscos sanitários.

O quantitativo estimado para o período de 01 de maio a 31 de agosto de 2026 (123 dias) foi calculado com base na população carcerária atualizada (9.514 reeducandos) e no efetivo de 387 servidores lotados nas unidades contempladas, Penitenciárias "José Parada Neto" e "Adriano Marrey", CDPs I e II de Guarulhos, Belém I e II e Pinheiros I, II e III. O cardápio padrão, elaborado pela Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), prevê três refeições diárias por beneficiário, com diversificação de proteínas, vitaminas e nutrientes essenciais, exigindo a aquisição de gêneros ESTOCÁVEIS em volumes significativos. A perecibilidade dos itens demanda planejamento rigoroso, com entregas frequentes e controle de qualidade contínuo, para evitar desperdícios, garantir frescor e atender às normas sanitárias vigentes.

A formalização de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico é essencial para assegurar a economicidade, a transparência e a continuidade do fornecimento, evitando soluções improvisadas ou parciais que possam interromper o serviço. A contratação por registro de preços permitirá a aquisição ágil e planejada dos itens, alinhada às flutuações de mercado e às necessidades operacionais das unidades. Além disso, a seleção de fornecedores qualificados, com capacidade técnica para atender ao volume e à regularidade exigidos, mitigará riscos de desabastecimento, garantindo a estabilidade do sistema penitenciário e o respeito aos direitos fundamentais dos reeducandos e servidores. Tal medida reforça o compromisso do Estado com a gestão responsável de recursos públicos e com a efetivação de políticas públicas voltadas à reinserção social e à proteção da vida humana.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe de Serviço de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional	Claudio da Silva Costa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra o Edital como Anexo.

Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “**Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL**”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do [artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008](#).

Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – **e-Sanções** (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS** (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – **CNIA**, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário ([artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992](#));

Cadastro Nacional de Empresas Punidas - **CNEP** (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeira, **poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF**.

Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada, caso não seja possível atualizar os documentos referidos por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de **02 (dois) dias** úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio, considerando a necessidade de garantir a conformidade dos produtos com rigorosos padrões de qualidade, a simplificação do processo administrativo de licitação, a manutenção da responsabilidade direta e transparência dos fornecedores, e a promoção de uma concorrência mais justa, vedamos a participação em consórcio no pregão para **aquisição de gêneros alimentícios ESTOCÁVEIS para o período 01 de maio de 2026 a 31 de agosto de 2026**, conforme [art. 34 da Lei 14.133/21](#).

5. Levantamento de Mercado

Em atendimento ao [inciso V, do § 1º, do art. 18, da Lei nº 14.133/2021](#), foi realizada pesquisa de mercado detalhada para subsidiar a contratação de gêneros alimentícios perecíveis destinados ao atendimento das unidades prisionais do Complexo Penitenciário I de Guarulhos. O estudo considerou não apenas os valores econômicos, mas também as exigências técnicas e sanitárias previstas no [Decreto Estadual nº 43.339/98 e nas Resoluções SAM-SP nº 16/98 e SOG-9/2021](#), que estabelecem padrões nutricionais e critérios de qualidade para alimentação no sistema prisional. A pesquisa incluiu consulta aos preços praticados no Portal de Compras Governamentais (Compras.gov.br), análise de contratos similares firmados por outros órgãos da administração pública estadual e federal.

Para definição dos valores referenciais, foram considerados parâmetros específicos para perecíveis, tais como prazo mínimo de validade (50% do tempo total no ato da entrega), condições de armazenamento e transporte. A análise comparativa abrangeu propostas de fornecedores habilitados no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) com histórico de atendimento a grandes volumes, essencial para garantir a regularidade do suprimento diário a 9.043 beneficiários. Os dados coletados permitiram identificar preços médios regionais atualizados e produtos padronizados, alinhados às especificações do Cardápio Padrão SAP 2026 e às diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), assegurando que os itens atendam às necessidades calóricas e nutricionais da população carcerária e dos servidores.

Com base nos resultados, conclui-se que a modalidade Pregão Eletrônico é a mais adequada para esta contratação, por permitir a seleção ágil de fornecedores com capacidade técnica comprovada para entregar produtos frescos e dentro dos rigorosos padrões sanitários exigidos. Essa escolha garante economicidade, transparência e continuidade operacional, evitando interrupções no fornecimento que poderiam comprometer a segurança alimentar e o cumprimento de obrigações constitucionais ([CF/88, art. 1º, III](#)) e infraconstitucionais ([Lei nº 7.210/84, art. 41, I](#)). Adicionalmente, o registro de preços resultante do certame possibilitará ajustes conforme variações sazonais de mercado, mantendo o equilíbrio financeiro e a qualidade do serviço, fatores essenciais para a preservação da dignidade humana e a eficiência da gestão penitenciária.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação centralizada, por meio de Pregão Eletrônico, para aquisição de gêneros alimentícios estocáveis destinados às unidades do Complexo Penitenciário I de Guarulhos, garantindo o fornecimento contínuo, seguro e nutricionalmente adequado para 9.043 beneficiários (reeducandos e servidores) no período de 01/01 a 30/04/2026. A estratégia integra rigor técnico, conformidade legal e eficiência operacional, alinhando-se às diretrizes da [Lei nº 14.133/2021](#) (Nova Lei de Licitações), ao Cardápio Padrão SAP 2026. O modelo de registro de preços será adotado para permitir ajustes dinâmicos frente às variações sazonais de mercado, assegurando a economicidade sem comprometer a qualidade, enquanto o sistema eletrônico (Compras.gov.br) garantirá transparência e competitividade no julgamento das propostas, com critério de menor preço por item e exigência de habilitação técnica prévia dos licitantes.

Operacionalmente, a solução prevê entregas diárias programadas, com cronograma flexível para atender às demandas específicas de cada unidade (PJPN, Marrey, CDPs de Guarulhos I e II, Belém I e II e Pinheiros I, II e III), acompanhadas de controle de qualidade rigoroso no recebimento dos produtos.

Como resultado, a solução oferece estabilidade alimentar e respeito à dignidade humana, cumprindo obrigações constitucionais ([CF/88, art. 1º, III](#)) e fortalecendo a política de reinserção social por meio de condições básicas de subsistência. A contratação competitiva via pregão eletrônico maximiza o uso responsável de recursos públicos, com estimativa de economia de até 15% frente a valores médios de mercado, conforme pesquisa prévia. Essa abordagem integrada reforça o compromisso do Estado de São Paulo com a gestão humanizada do sistema prisional, transformando obrigações legais em práticas concretas de proteção social e eficiência administrativa.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades dos gêneros alimentícios estocáveis, foram calculadas com base no Cardápio Padrão SAP 2026 e na [Resolução SOG-9/2021](#), considerando a demanda diária de 9.514 beneficiários (9.127 reeducandos e 387 servidores) durante 123 dias (01/05 a 31/08/2026). O dimensionamento técnico prioriza o fornecimento contínuo e imediato, adequado à perecibilidade dos itens, em conformidade com o [art. 41 da Lei nº 7.210/84](#) e o [Decreto Estadual nº 43.339/98](#), assegurando segurança alimentar, qualidade nutricional e respeito à dignidade humana, sem armazenamento prolongado em almoxarifado.

Os itens, códigos, quantidades e unidade de fornecimento serão parte integrante do Termo de Referência a ser elaborado para integrar o processo de compra.

Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas:

Item	Descritivo	Quantidade	Unidade
01	FEIJAO CARIOCA, GRUPO 1, TIPO 1	115.000	Kg
03	MARGARINA FRACIONADA	400	EMB 500G
04	TEMPERO COMPLETO S/ PIMENTA	200	Emb. 1 Kg

Observações gerais:

- Os quantitativos apresentados constituem **estimativa técnica inicial**, elaborada com base em levantamento preliminar das necessidades de reforma e adequação da unidade.
- As quantidades poderão ser **reavaliadas e confirmadas na fase de elaboração do Termo de Referência**, mediante vistoria técnica e confronto com o memorial descritivo, podendo sofrer **ajustes técnicos antes da adjudicação**.
- A contratação será realizada por **Pregão Eletrônico**, conforme a [Lei nº 14.133/2021](#) e o [Decreto Estadual nº 68.304/2024](#), observando os **requisitos técnicos de especificação, prazos de entrega, apresentação de amostras (quando aplicável), conformidade com normas sanitárias vigentes e critérios de qualidade e desempenho**.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.054.049,67

A estimativa dos valores da contratação estão demonstradas nos anexos deste ETP, sendo o relatório detalhado da pesquisa realizada no site <https://compras.sp.gov.br/>, onde foram verificadas várias contratações similares, feitas pela Administração Pública, compatíveis com os valores praticados no mercado, as quais serviram de parâmetro para a composição dos valores da média e mediana do item pesquisado, atendendo assim, as diretrizes que constam no [Decreto n.º 67.888 /2023](#).

Considerando o disposto no [art. 22 da Lei 14.133/21](#), que estabelece a necessidade de preservar a competitividade e a igualdade entre os licitantes, bem como evitar distorções no processo de formação de preços, justificamos a escolha do caráter sigiloso do valor unitário estimado (preço referencial).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em cumprimento ao [art. 40, § 2º, III, da Lei nº 14.133/2021](#), as entregas dos gêneros alimentícios serão parceladas devido ao elevado volume diário necessário, e à capacidade limitada de armazenamento nas unidades prisionais. As entregas ocorrerão conforme o cronograma a ser disponibilizado após a finalização do certame, assegurando a qualidade dos alimentos, a conformidade sanitária e a redução de desperdícios.

O parcelamento também amplia a competitividade, permitindo a participação de fornecedores de menor porte, e evita custos adicionais com armazenamento inadequado ou ajustes emergenciais. O cronograma detalhado será definido em contrato, com penalidades para descumprimento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para viabilizar o preparo adequado das refeições, além da aquisição de gêneros alimentícios estocáveis, será igualmente necessária a contratação de gêneros alimentícios perecíveis e hortifrutigranjeiros.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação está prevista no **Planejamento Anual 2026**:

- Id PCA PNCP: **96291141000180-0-000013/2026**
- Id do Item no PCA: **23**
- Classe Grupo: **8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS**
- Identificador da Futura Contratação: **380127-29/2026**
- Data de publicação no PNCP: **29/05/2025**.

Nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#).

Informo ainda que, os valores para aquisição de **gêneros alimentícios estocáveis** constam na elaboração do **orçamento para o exercício de 2026**, porém tais recursos ficarão consubstanciados à condição resolutiva de aprovação das respectivas Leis Orçamentárias (Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamento Anual – LOA), logo a despesa **não causará impacto orçamentário** e financeiro, uma vez que a contratação é habitual e corriqueira, em atendimento à [Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000](#) e o seu alinhamento com o planejamento da Administração segue o que preconiza o [artigo 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021](#).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como benefícios a serem alcançados com a contratação do objeto pretendido, destaca-se o atendimento à necessidade de fornecimento de alimentação diária das Penitenciária 'José Parada Neto' e Penitenciária 'Adriano Marrey' que integram o Complexo Penitenciário I de Guarulhos, além das unidades contempladas com fornecimento diário de refeições aos CDP's de Belém I e II, Pinheiros I, II e III, e CDP I e II de Guarulhos, o benefício se estende igualmente aos servidores nelas lotados, o fornecimento será realizado durante o período de 01/05/2026 a 31/08/2026.

Tal medida é essencial para assegurar o cumprimento do Cardápio Único Padrão estabelecido pela Pasta, garantindo a efetividade das ações de assistência à pessoa presa, em conformidade com o [artigo 12 da Lei nº 7.210/1984](#) (Lei de Execução Penal). Dessa forma, a contratação contribui diretamente para a manutenção da ordem, da segurança e da disciplina nos referidos estabelecimentos penais.

13. Providências a serem Adotadas

O setor de compras deverá tomar as providências necessárias para a contratação, mediante o devido processo legal, haja vista a proximidade do período necessário para o fornecimento dos itens.

Antes da Celebração do Contrato:

- Verificar a habilitação do fornecedor.
- Confirmar a disponibilidade dos itens no mercado e verificar as condições de entrega.
- Verificar a existência de eventuais restrições ou impedimentos legais.

Durante a Celebração do Contrato:

- Verificar a presença de cláusulas contratuais que garantam a entrega dos itens nos termos acordados.
- Confirmar a validade do contrato e prazo de vigência.
- Verificar a inclusão de penalidades por descumprimento das cláusulas contratuais.

Após a Celebração do Contrato:

- Realizar acompanhamento da entrega dos itens.
- Verificar a conformidade do produto com as especificações.
- Monitorar o cumprimento das cláusulas contratuais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando a natureza do objeto em análise, ressalta-se que não se verificam impactos ambientais de grande proporção, uma vez que os itens a serem adquiridos integram o grupo de gêneros alimentícios.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUILHERME PEREIRA BOIM

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 08:41:06.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - cotação-detalhado-30-2026.pdf (296.43 KB)

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Relatório emitido em 08/06/2026 09:58

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
30/2026	380127	Rascunho	GUILHERME PEREIRA BOIM

Título: Estocáveis (FRACASSADOS) - Maio a Agosto

Observações:

Total de itens cotados: 3 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 1.054.049,6600

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464553 - Leguminosa Variedade: Feijão Carioca , Tipo: Tipo 1	Quilograma	115000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	<div><div></div> Média</div>	Mediana
R\$ 7,6000	R\$ 9,0933	R\$ 8,7800
Coeficiente de Variação: 15,0144%		
Desvio Padrão: 1,3653		
Maior Preço: R\$ 10,9000		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado

Período: 3 Meses

Modalidade(s): Pregão

UASG (Estado): SP

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	4633	Quilograma	R\$ 10,9000	02/06/2026	Sim
---	---	--	------	------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12063305901182025	02/06/2026	82	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Genêros Alimentícios do Tipo Estoca veis
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	120633	GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO	SISRP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
SAGRES COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	54.905.820/0001-51	Gêneros Alimentícios	Pregão
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

2	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	24466	Quilograma	R\$ 5,2200	02/06/2026	Não
---	---	--	-------	------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12063305901182025	02/06/2026	13	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Genêros Alimentícios do Tipo Estoca veis
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	120633	GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO	SISRP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
SAGRES COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	54.905.820/0001-51	Gêneros Alimentícios	Pregão
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

3	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	7619	Quilograma	R\$ 6,7500	02/06/2026	Não
---	---	--	------	------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12063305901182025	02/06/2026	130	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Genêros Alimentícios do Tipo Estoca veis
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	120633	GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO	SISRP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
JCS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	37.844.936/0001-09	SOLITO - URBANO	Pregão
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4500	Quilograma	R\$ 3,9500	15/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38021005900032026		15/05/2026	28		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição dos gêneros alimentícios estocáveis p/ 2º quadrimestrede 2026		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380210	ESP-PENIT.ASP.JOAQUIM FONSECA LOPES - PARELHE		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
BN ALIMENTOS LTDA		54.561.447/0001-69	TOP 10		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	13500	Quilograma	R\$ 3,7500	15/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38021005900032026		15/05/2026	4		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição dos gêneros alimentícios estocáveis p/ 2º quadrimestrede 2026		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380210	ESP-PENIT.ASP.JOAQUIM FONSECA LOPES - PARELHE		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
CF FOODS LTDA		59.652.487/0001-30	NUTRI VIDA		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4500	Quilograma	R\$ 6,4000	08/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38016205900032026		08/05/2026	37		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis, Perecíveis e Hortifrutigranjeiros para o período de maio a agostode 2026.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380162	ESP-PENIT.TACYAN MENEZES DE LUCENA - MARTINOP		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
GALERA DA CESTA BASICA LTDA		45.693.344/0001-61	SAFRA NOVA		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	6000	Quilograma	R\$ 8,7800	08/05/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
10232105900122026		08/05/2026	1		Objeto: Pregão Eletrônico - Constituição DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FEIJÃO CARIOCA TIPO 1, PARA ATENDIMENTO AO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO E AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FCT UNESP		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		102321	ESP-UNESP-FAC. DE CIENC. E TECNOL-C.PRES.PRUD		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
GALERA DA CESTA BASICA LTDA		45.693.344/0001-61	PACOTE		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	2400	Quilograma	R\$ 7,6000	06/05/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
10232205900062026		06/05/2026	89		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		102322	ESP-UNESP-INSTIT.DE BIOCENCIAS-C.RIO CLARO		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
COMERCIAL JOAO AFONSO LTDA		53.437.315/0001-67	CONFORME EDITAL		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	15304	Quilograma	R\$ 4,1700	29/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38014605900412026		29/04/2026	37		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis- Maio a Agosto de 2026		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380146	ESP-CENTRO PROGR.PENIT.DR.EDGARD M.NORONHA		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
D.R.MARTINEZ LTDA		10.943.315/0001-26	tijoata/donadina/per		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	61216	Quilograma	R\$ 4,1700	29/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38014605900412026		29/04/2026	15		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis- Maio a Agosto de 2026		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380146	ESP-CENTRO PROGR.PENIT.DR.EDGARD M.NORONHA		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
D.R.MARTINEZ LTDA		10.943.315/0001-26	tijoata/donadina/per		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

11	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	8000	Quilograma	R\$ 6,1500	27/04/2026	Não
----	---	--------------------------------------	------	------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98683505900282026	27/04/2026	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	986835	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	08.528.442/0001-17	granolar	Pregão
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R\$ 3,9500	24/04/2026	Não
----	---	---	------	------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38027205900032026	24/04/2026	18	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Genêros Alimentícios Estocáveis, para o periodo de Maio a Agosto de 2026.
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	380272	ESP-CENTRO DE PROGRESSÃO PENIT. DE GUARIBA	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
CF FOODS LTDA	59.652.487/0001-30	NUTRI VIDA	Pregão
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

13	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	25000	Quilograma	R\$ 4,0000	22/04/2026	Não
----	---	---	-------	------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38016605900142026	22/04/2026	27	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios.
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	380166	ESP-PENIT. DE RIBEIRAO PRETO	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
NUTRIALL COMERCIAL LTDA	53.424.292/0001-56	NUTRIALL	Pregão
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	25900	Quilograma	R\$ 4,5000	17/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38015805900012026		17/04/2026	32		Objeto: Pregão Eletrônico - Gêneros Alimentícios Estocáveis		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380158	ESP-PENIT.CABO PM-MARC PIRES DA SILVA - ITAI		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
REZLICIT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		54.703.516/0001-21	TAQUARI		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS DE SAO PAULO - Compras.gov.br	42632	Quilograma	R\$ 6,5100	15/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
9230105902122026		15/04/2026	1		Objeto: Pregão Eletrônico - Feijão carioquinha, tipo 1, ausente de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco de plástico de 01 kg, reembalados em sacos de 30kg. deverá atender a nta 14 do decreto lei n 12.486 de 20/10/78.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		92301	ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS DE SAO PAULO		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
HAG FOODS LTDA		46.427.356/0001-07	PCTE 1KG / FD 30X1 (Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	23436	Quilograma	R\$ 4,4100	30/03/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38028105900012026		30/03/2026	14		Objeto: Pregão Eletrônico - Generos Alimenticios		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380281	ESP-CTO. PROGRESSAO PENIT. SAO VICENTE		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
NUTRIALL COMERCIAL LTDA		53.424.292/0001-56	NUTRIALL		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	7812	Quilograma	R\$ 6,2000	30/03/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38028105900012026		30/03/2026	30		Objeto: Pregão Eletrônico - Generos Alimenticios		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380281	ESP-CTO. PROGRESSAO PENIT. SAO VICENTE		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
BN ALIMENTOS LTDA		54.561.447/0001-69	TOP 10		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	305351	Quilograma	R\$ 4,8500	27/03/2026	Não
Id da Compra			Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra		
98647705902542025			27/03/2026	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços de ervilha seca, feijão carioca, feijão pretoe outros - DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.		
Esfera			UASG	Nome UASG	Forma		
Estadual			986477	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS /SP	SISRP		
Fornecedor			Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade		
COMERCIAL DE ALIMENTOS RENATO RINALDI LTDA			26.753.626/0001-62	KG	Pregão		
Índice e Valor			Ata	Edital	Compra		
-			Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	4250	Quilograma	R\$ 6,2900	11/03/2026	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
10230705900042026	11/03/2026	29	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para a Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis pelo prazo de 12 (doze) meses para o Restaurante Universitário
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	102307	ESP-UNESP-FACUL.CIENCIAS E LETRAS-C. ASSIS	SISRP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
COMERCIAL ESPERIA DE ALIMENTOS LTDA	41.701.945/0001-18	NC	Pregão
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463699 - Gordura Vegetal / Margarina Tipo: Margarina , Subtipo: Cremosa , Composição Básica: Mínimo De 80% De Gordura , Sabor: Com Sal	Embalagem 500 Grama	400
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 8,9900	R\$ 10,8054	R\$ 10,3500
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 13,6265% Desvio Padrão: 1,4724 Maior Preço: R\$ 13,4900		

Filtro Aplicado
Período: 3 Meses
Modalidade(s): Pregão

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1800	Embalagem 500 Grama	R\$ 10,3500	29/05/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
12064105900542025		29/05/2026	225		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios 2026.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		120641	BASE AÉREA DE PORTOVELHO		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
M S GONCALVES LTDA		49.138.874/0001-07	COM SAL		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1350	Embalagem 500 Grama	R\$ 7,0900	28/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98940305900362026		28/05/2026	127		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		989403	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ/GO		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
NUTRILICIT LTDA		62.339.729/0001-44	QUALIDADE SUPERIOR		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	400	Embalagem 500 Grama	R\$ 8,0000	27/05/2026	Não
Id da Compra			Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra		
12000105900032026			27/05/2026	65	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis.		
Esfera			UASG	Nome UASG	Forma		
Federal			120001	GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA	SISRP		
Fornecedor			Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade		
UEDAMA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA			00.543.061 /0001-03	DELICIA	Pregão		
Índice e Valor			Ata	Edital	Compra		
-			Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	144	Embalagem 500 Grama	R\$ 13,0000	27/05/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
92880105900012026		27/05/2026	61		Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Espirita André Luiz		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		928801	ASSOCIAÇÃO DE A.À ESC.ESP.A.L.DE ARAGUAINA/TO		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
GLL SOLUCOES LTDA		62.386.266/0001-71	CLAYBOM		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	144	Embalagem 500 Grama	R\$ 12,2000	27/05/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
92880105900012026		27/05/2026	61		Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Espirita André Luiz		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		928801	ASSOCIAÇÃO DE A.À ESC.ESP.A.L.DE ARAGUAINA /TO		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
THAMIPE COMERCIO E SERVICOS LTDA		11.068.908/0001-53	PRIMOR		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	200	Embalagem 500 Grama	R\$ 10,1700	22/05/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
18015905900172026		22/05/2026		83		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios plano copa para o CP-4 e unidades subordinadas	
Esfera		UASG		Nome UASG		Forma	
Estadual		180159		ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU		SISRP	
Fornecedor		Ni Fornecedor		Marca/modelo		Modalidade	
JAQUELINE RODRIGUES MEDEIROS		29.423.338/0001-38		margarina com sal 80		Pregão	
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6530	Embalagem 500 Grama	R\$ 5,7500	02/06/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
78360205900012026		02/06/2026	93		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios e materiais descartáveis.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		783602	ESCOLA APRENDIZES DE MARINHEIROS/PE		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
DIEGO FELIPE DA SILVA		63.359.604/0001-49	CLAYBOM		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2000	Embalagem 500 Grama	R\$ 5,0000	21/05/2026	Não
Id da Compra			Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra		
78680005900032026			21/05/2026	118	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios empregados na elaboração das refeições sob responsabilidade da Base Fluvial de Ladário (BFLa)		
Esfera			UASG	Nome UASG	Forma		
Federal			786800	BASE FLUVIAL DE LADARIO/MS	SISRP		
Fornecedor			Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade		
JL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA			34.868.924/0001-26	claybom	Pregão		
Índice e Valor			Ata	Edital	Compra		
-			Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	PREFEITURA DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - Compras.gov.br	80	Embalagem 500 Grama	R\$ 9,4900	19/05/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98997905900132026		19/05/2026	167		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresaespecializada no fornecimento de alimentos, coffee break, lanches e itens correlatos, incluindo preparo, montagem e entrega, destinados ao atendimento de eventos institucionais e atividades dos departamentos municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Municipal		989979	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL-PR		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
FERRARI COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA		51.365.516 /0001-70	Margarina cremosa co		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2112	Embalagem 500 Grama	R\$ 8,9900	19/05/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98748105901252025		19/05/2026	25		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de produtos perecíveis		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		987481	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
CWB WORD'S COMERCIO E SERVICOS LTDA		07.092.633/0001-16			Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	CAMARA MUNICIPAL DE UBIRATA - PR - Compras.gov.br	5	Embalagem 500 Grama	R\$ 9,3800	19/05/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
92842505900042026		19/05/2026	29		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição eventual e futura de material de limpeza e higienização, gêneros alimentícios e utensílios para copa e cozinha para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Ubiratã.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Municipal		928425	CÂMARA MUNICIPAL DE UBIRATA/PR		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
SUPERMERCADO CASA VENCEDORA LTDA		75.900.183/0001-09	----		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	400	Embalagem 500 Grama	R\$ 6,4400	19/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
25442005900592025		19/05/2026	204		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, com entregas no Rio de Janeiro/RJ e Curitiba/Paraná,nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		254420	FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
GUARAILHA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA		10.910.334/0001-56	EMBALAGEM COM 500G		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	60	Embalagem 500 Grama	R\$ 8,5000	18/05/2026	Não
Id da Compra			Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra		
18017905900172026			18/05/2026	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Gênero Alimentício para 25º BPM/M		
Esfera			UASG	Nome UASG	Forma		
Estadual			180179	ESP-COM.POLIC.AREA METROP-8	SISPP		
Fornecedor			Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade		
NFABRICAS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA			56.103.283/0001-51	DORIANA	Pregão		
Índice e Valor			Ata	Edital	Compra		
-			-	Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	77	Embalagem 500 Grama	R\$ 5,4300	15/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
18018805900262026		15/05/2026	1		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios para o 4º BAEP, referente ao plano copa - 1º semestre		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		180188	ESP-COM.POLIC.AREA METROP-4		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
DISTRILEST DISTRIBUIDORA LTDA		59.779.269/0001-60	Cremosy		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1084	Embalagem 500 Grama	R\$ 6,7700	15/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98497505900162026		15/05/2026	95		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios em atendimento as demandas de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Pedra do Anta/MG.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		984975	PREF.MUN.DE PEDRA DO ANTA		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
MERCADO BARBOSA LTDA		16.842.446/0001-01	DELICIA		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	6500	Embalagem 500 Grama	R\$ 5,4000	15/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
12066905900392025		15/05/2026		24		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios do grupo de padaria para atender às necessidades da Seção de Subsistência (SSUB) da Base Aérea de Santa Cruz (BASC).	
Esfera		UASG		Nome UASG		Forma	
Federal		120669		BASE AéREA DE SANTA CRUZ		SISRP	
Fornecedor		Ni Fornecedor		Marca/modelo		Modalidade	
KMG COMERCIO E SERVICOS LTDA		42.247.737/0001-53		Unid		Pregão	
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREZINHO - Compras.gov.br	350	Embalagem 500 Grama	R\$ 5,3900	13/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
92655205900122026		13/05/2026	61		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para contratação de empresa para aquisição degêneros alimenticios não perecíveis.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Municipal		926552	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREZINHO		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVICOS LTDA		54.205.260 /0001-22	Coamo		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	PREFEITURA DE SÃO LUIZ GONZAGA /RS - Compras.gov.br	1500	Embalagem 500 Grama	R\$ 4,5900	12/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98888105900092026		12/05/2026	58		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição parcelada de gêneros alimentícios.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Municipal		988881	PREFEITURA MUNIC.DE SÃO LUIZ GONZAGA/RS		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA		39.649.812/0001-06	DUALIS		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Embalagem 500 Grama	R\$ 6,4500	08/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38025505900052026		08/05/2026	29		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis - Maio a Agosto 2026		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380255	ESP-COMPLEXO PENAL DE CAPELA DO ALTO		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		08.528.442/0001- 17	DORIANA - NACIONAL		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1500	Embalagem 500 Grama	R\$ 6,6000	07/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38011305900062026		07/05/2026	36		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS, com entrega parcelada conforme cronograma, para o período de 01 DE MAIO A 31 DE AGOSTO DE 2026		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380113	ESP-PENIT. DR. DANILO PINHEIRO - SOROCABA		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
SACOLAO HORTIFRUTAS LTDA		25.357.316/0001-66	diverso		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	11	Embalagem 500 Grama	R\$ 9,7000	07/05/2026	Sim
Id da Compra			Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra		
18017905900122026			07/05/2026	5	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios para o 14º BPM/M e unidades subordinadas		
Esfera			UASG	Nome UASG	Forma		
Estadual			180179	ESP-COM.POLIC.AREA METROP-8	SISPP		
Fornecedor			Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade		
GLOBAL COMERCIO DE ARTIGOS EM GERAL LTDA			57.812.230/0001-72	qualy	Pregão		
Índice e Valor			Ata	Edital	Compra		
-			-	Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	75	Embalagem 500 Grama	R\$ 11,5000	07/05/2026	Sim
Id da Compra			Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra		
18017905900132026			07/05/2026	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios para a sede do CPA/M-8.		
Esfera			UASG	Nome UASG	Forma		
Estadual			180179	ESP-COM.POLIC.AREA METROP-8	SISPP		
Fornecedor			Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade		
ALPICK COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA			35.991.410/0001-26	Doriana	Pregão		
Índice e Valor			Ata	Edital	Compra		
-			-	Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Embalagem 500 Grama	R\$ 6,9500	04/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
38016805900032026		04/05/2026		24		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis e Hortifrutigranjeiros, tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133/21.	
Esfera		UASG		Nome UASG		Forma	
Estadual		380168		ESP-PENIT. DE VALPARAISO		SISPP	
Fornecedor		Ni Fornecedor		Marca/modelo		Modalidade	
V V B COMERCIO ATACADISTA LTDA		50.269.854/0001-46		DORIANA DELICIA COAM		Pregão	
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1971	Embalagem 500 Grama	R\$ 8,3000	29/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98922105900102026		29/04/2026	12		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios. O objeto contempla exclusivamente a entrega dos gêneros alimentícios especificados, sem imposição de condições que restrinjam a competitividade no futuro processo licitatório.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		989221	PREFEFEITURA MUNICIPAL DE ANAPOLIS		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
VDL DISTRIBUICAO E SERVICOS LTDA		54.339.184/0001-48	QUALY		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	150	Embalagem 500 Grama	R\$ 6,5000	28/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38011805900052026		28/04/2026	28		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de generos alimenticios tipo estocaveis para o períodode 01 /05/2026 a 31/08/2026		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380118	ESP-PENIT. DR.GERALDO A.VIEIRA-S.VICENTE		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
ADRIANA SILVA THEODORO RANCHARIA		00.840.591/0001-05	DUALIS CLAYBOM VIGOR		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4000	Embalagem 500 Grama	R\$ 5,6600	28/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38022005900012026		28/04/2026	11		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios estocáveis		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380220	ESP-CDP.ASP NILTON CELESTINO-ITAP.SERRA		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
ADRIANA SILVA THEODORO RANCHARIA		00.840.591/0001-05	CLAYBOM		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
27	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	230	Embalagem 500 Grama	R\$ 7,9000	28/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
15848505900032025		28/04/2026	153		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios para o IFRJ		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		158485	INST FED.EDUC.CIENC.TEC.RJ/CAMPUS PINHEIRAL		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
TILIM COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		20.645.946/0001- 12	CARACTERISTICO		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
28	I	MRJ-CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL - Compras.gov.br	100	Embalagem 500 Grama	R\$ 8,3500	28/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
92858705900012026		28/04/2026	7		Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para a Câmara Municipal de Porto Real.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Municipal		928587	MRJ-CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
P H MORENO DA SILVA COMERCIO		52.036.195/0001-23	conforme tr		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
29	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1500	Embalagem 500 Grama	R\$ 5,1500	28/04/2026	Não
Id da Compra			Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra		
73001205900022026			28/04/2026	139	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios necessários à Divisão de Subsistência do Batalhão Naval, nos termos da tabela do Apêndice I Relação e Itens e Quantidades, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.		
Esfera			UASG	Nome UASG	Forma		
Federal			730012	BATALHÃO NAVAL	SISRP		
Fornecedor			Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade		
EDEN DISTRIBUICAO DE GENEROS E INSUMOS LTDA			57.117.600/0001-51	500gr	Pregão		
Índice e Valor			Ata	Edital	Compra		
-			Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
30	I	ETO-ASSOCIAÇÃO A.E.E. MODELO DE ARAGUAINA - Compras.gov.br	93	Embalagem 500 Grama	R\$ 11,2000	27/04/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
92880705900012026		27/04/2026	35		Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender a Associação de Apoio à Escola Estadual Modelo localizada no município de Araguaína - TO.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		928807	ETO-ASSOCIAÇÃO DE A.E.E. MODELO - ARAGUAINA		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
GLL SOLUCOES LTDA		62.386.266/0001-71	CLAYBON		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	21	Embalagem 500 Grama	R\$ 12,0000	22/04/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
92875505900052025		22/04/2026	31		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gênero Alimentícios para atendimentos as demandas do ano letivo de 2026		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		928755	ASSOCIAÇÃO DE A.C.E.OSVALDO FRANCO/ARAGUATINS		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
R F DA S SILVEIRA		53.271.330/0001-88	margarina kg		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

32	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	4000	Embalagem 500 Grama	R\$ 9,0000	17/04/2026	Sim
----	---	---	------	---------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92787705900022026	17/04/2026	78	Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de alimentos não perecíveis para atender às necessidades dos equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, Proteçãoe Assuntos Comunitários SEASPAC.
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Municipal	927877	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE MARABÁ-PA	SISRP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
MASH REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS LTDA	35.334.877 /0001-01	MARGARINA	Pregão
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

33	I	PREFEITURA DE CACHOEIRINHA/RS - Compras.gov.br	1000	Embalagem 500 Grama	R\$ 5,0000	16/04/2026	Não
----	---	--	------	---------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98856105900102026	16/04/2026	37	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis visando o fornecimento de alimentação aos usuários do AlbergueMunicipal, Cozinha Comunitária e Acolhimento Institucional Municipal Amarelinha (AIMA) do município de Cachoeirinha /RS, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme edital e anexos.
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Municipal	988561	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS IRMAOS LTDA	40.013.513/0001-51	DUALIS	Pregão
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
34	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	500	Embalagem 500 Grama	R\$ 7,4400	16/04/2026	Não
Id da Compra			Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra		
18017805900262025			16/04/2026	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Gêneros Alimentícios		
Esfera			UASG	Nome UASG	Forma		
Estadual			180178	ESP-COM.POLIC.AREA METROP-7	SISPP		
Fornecedor			Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade		
ALPICK COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA			35.991.410/0001-26	Doriana	Pregão		
Índice e Valor			Ata	Edital	Compra		
-			-	Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
35	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	120	Embalagem 500 Grama	R\$ 6,4500	15/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38022305900042026		15/04/2026	34		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocaveis, para o período de MAIO A AGOSTO de 2026.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380223	ESP-PENIT.TEN.PM JOSE ALFREDO C.BORIN-REGINOP		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		08.528.442 /0001-17	DORIANA - NACIONAL		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
36	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	120	Embalagem 500 Grama	R\$ 6,3700	15/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
92901905900102025		15/04/2026	35		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preço para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação (café da manhã, almoço, lanche e jantar) dos menores acolhidos pelo Abrigo Municipal Instituição de Acolhimento Casa da Criança, equipamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, através de Pregão Eletrônico, pelo período de 12 (doze) meses		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		929019	FUNDO MUN.DE ASSIST.SOCIAL DO RIO DAS FLORES		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
JGL COMERCIO E SERVICOS TRIRRIENSE LTDA		60.456.060/0001-45	pote		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	21000	Embalagem 500 Grama	R\$ 7,8900	15/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
16013605900212025		15/04/2026	15		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios - Quantitativo de SubsistênciaQS. 2026/1.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		160136	9º GRUPAMENTO LOGISTICO		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
SEARA ALIMENTOS LTDA		02.914.460/0191-70	MARGARINA		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7000	Embalagem 500 Grama	R\$ 8,0600	15/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
16013605900212025		15/04/2026		46		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios - Quantitativo de SubsistênciaQS. 2026/1.	
Esfera		UASG		Nome UASG		Forma	
Federal		160136		9º GRUPAMENTO LOGISTICO		SISRP	
Fornecedor		Ni Fornecedor		Marca/modelo		Modalidade	
SCJ ATACADO E DISTRIBUICAO LTDA		51.490.695/0001-78		QUALY		Pregão	
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
39	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - Compras.gov.br	494	Embalagem 500 Grama	R\$ 6,9500	14/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
15303205900032026		14/04/2026	12		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios e embalagem plástica conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		153032	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
WRS COMERCIAL E SERVICOS LTDA		37.446.304/0001-97	80% LIP		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
40	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE STO. ANTONIO DE JESUS - Compras.gov.br	1590	Embalagem 500 Grama	R\$ 6,9900	14/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98387305900072026		14/04/2026	113		Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresas especializadas no fornecimento contínuo,parcelado e sob demanda de gêneros alimentícios, industrializados e in natura, destinados ao atendimento das necessidades das nos Secretarias, Fundos e demais órgãos integrantes da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA, mediante Sistema de Registro de Preços.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Municipal		983873	MBA-PREFEITURA MUNICIPAL S. ANTONIO DE JESUS		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
MERCADO SILVA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		47.567.642/0001-30	DELINE		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
41	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	319	Embalagem 500 Grama	R\$ 7,5900	13/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
15827305900022026		13/04/2026	37		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preçopara futura aquisição de gêneros alimenticios para atender as demandas do IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		158273	INST.FED.AMAZ./CAMPUS S.GABRIEL DA CACHOEIRA		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
RIO NEGRO INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA		46.936.692/0001-85	GORDURA VEGETAL		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
42	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	15712	Embalagem 500 Grama	R\$ 5,1700	13/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
78381005900122025		13/04/2026	35		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios secos, em atendimento às necessidades do Comando do 3º Distrito Naval (Com3ºDN) e das Organizações Militares subordinadas sediadas em Natal/RN e região metropolitana, alémde Navios em trânsito e órgãos participantes.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		783810	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM NATAL		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
H & G SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA		55.219.559/0001-07	DELICATA		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
43	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1300	Embalagem 500 Grama	R\$ 7,3330	10/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
92731705900092026		10/04/2026	28		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		927317	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAUNA		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
CONFIANCA DISTRIBUIDORA LTDA		52.091.344/0001-57	DELICIA		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
44	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	963	Embalagem 500 Grama	R\$ 7,8600	10/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
18016805900102026		10/04/2026	18		Objeto: Pregão Eletrônico - ARP de Aquisição de Gêneros Alimentícios - Plano FEPOM Copa 2026		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		180168	ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
DISTRILEST DISTRIBUIDORA LTDA		59.779.269/0001-60	MARGARINA 80% - POTE		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
45	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	15	Embalagem 500 Grama	R\$ 6,9000	10/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98779105900202026		10/04/2026	141		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Municipal		987791	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS - PR		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA SILVA LTDA		32.656.339/0001-37	COAMO		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
46	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS - Compras.gov.br	60	Embalagem 500 Grama	R\$ 4,6500	08/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98086405900082026		08/04/2026	74		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Cultura de Manfrinópolis		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Municipal		980864	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
DAVINIO ADAO PIN ATACADO LTDA		24.371.907/0001-25	COAMO		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
47	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	47	Embalagem 500 Grama	R\$ 8,0000	07/04/2026	Não
Id da Compra			Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra		
18018805900162026			07/04/2026	5	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios para o 39º BPM/M, referente aoPlano Copa - 1º semestre		
Esfera			UASG	Nome UASG	Forma		
Estadual			180188	ESP-COM.POLIC.AREA METROP-4	SISPP		
Fornecedor			Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade		
GLOBAL COMERCIO DE ARTIGOS EM GERAL LTDA			57.812.230/0001-72	qualy	Pregão		
Índice e Valor			Ata	Edital	Compra		
-			-	Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
48	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	560	Embalagem 500 Grama	R\$ 7,1500	02/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
18022405900012026		02/04/2026		13		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de generos alimenticios.	
Esfera		UASG		Nome UASG		Forma	
Estadual		180224		ESP-COM.POLIC.AREA METROP-10		SISPP	
Fornecedor		Ni Fornecedor		Marca/modelo		Modalidade	
DISTRILEST DISTRIBUIDORA LTDA		59.779.269/0001-60		DORIANA		Pregão	
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
49	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	6560	Embalagem 500 Grama	R\$ 8,2000	01/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
92964805901042025		01/04/2026	6		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para compor o café da manhã dos servidores que realizam a Operação de Limpeza Urbana no Município de Marabá, destinados a atender as necessidades do Serviço de Saneamento Ambiental de Marabá SSAM, com participação da Secretaria Municipal de Educação - SEMED		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Municipal		929648	SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABA-PA		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
JR COM. E REPRES. COMERCIAIS LTDA		31.552.803/0001-82	Pote c/500g		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
50	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	38	Embalagem 500 Grama	R\$ 13,4900	01/04/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
92893905900052025		01/04/2026	24		Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é aquisição de gêneros alimentícios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		928939	ASSOCIAÇÃO A.C.E.L.G.DUARTE DE ARAGUATINS/TO		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
VAMIX DISTRIBUIDORA LTDA		29.324.164/0001-56	PRIMOR		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
233873 - Tempero Tipo: Completo Sem Pimenta , Apresentação: Pasta , Aplicação: Uso Culinário	Embalagem 1 Quilograma	200
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 12,8800	R\$ 17,9567	R\$ 19,9900
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 20,1223% Desvio Padrão: 3,6133 Maior Preço: R\$ 21,0000		

Filtro Aplicado
Período: 6 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	30	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 11,9000	01/06/2026	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
19406706000102026	01/06/2026	8	Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, visando ao apoio logístico às atividades finalísticas em andamento no âmbito da Coordenação Regional do Noroeste do Mato Grosso e das Unidades a ela jurisdicionadas.
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	194067	COORD. REGIONAL NOROESTE DO MS	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
PASQUALOTTO & PASQUALOTTO LTDA	10.478.007/0001-77	Mika	Dispensa
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Sem critério de julgamento			

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
MT/Juína	AV. J.K,850-E BAIRRO SETOR DE SERVIÇOS	78320000	30

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	800	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 8,2000	18/05/2026	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
19403305900022026	18/05/2026	16	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios, material de acondicionamento, botijão para gás, materiais de limpeza, cozinha e copa
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	194033	COORDENACAO REGIONAL ARAGUAIA TOCANTINS	SISRP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
LC DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	40.593.401/0001-17	ARIANE Duparma e Ari	Pregão
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	360	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,9900	07/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
16015905900012026		07/05/2026	631		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros alimentícios e gás GLP para atender a demanda do 18º GAC e unidades participantes do GCALC13ºBda Inf Mtz.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		160159	18 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA-MEX /MT		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
NUTRICELLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		12.433.700/0001-59	Embal. 1 KG		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	360	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 6,6900	07/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
16015905900012026		07/05/2026	392		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros alimentícios e gás GLP para atender a demanda do 18º GAC e unidades participantes do GCALC13ºBda Inf Mtz.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		160159	18 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA-MEX /MT		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
NUTRICELLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		12.433.700/0001-59	Embal. 1 KG		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1080	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,8900	07/05/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
16015905900012026		07/05/2026	152		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros alimentícios e gás GLP para atender a demanda do 18º GAC e unidades participantes do GCALC13ºBda Inf Mtz.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		160159	18 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA-MEX/MT		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
SM PANTANAL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA		12.561.153/0001-97	Tempero		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	167	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,3500	29/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38022805900042026		29/04/2026	29		Objeto: Pregão Eletrônico - Generos alimenticios - MAI/AGO		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380228	ESP-PENIT. JOAO A. PANUCCI DE MARABA PTA		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
63.626.010 ALEX PIRES DE OLIVEIRA		63.626.010/0001-57	POLPYS		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	504	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,9500	28/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38011805900052026		28/04/2026	38		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de generos alimenticios tipo estocaveis para o períodode 01 /05/2026 a 31/08/2026		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380118	ESP-PENIT. DR.GERALDO A.VIEIRA-S.VICENTE		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
INOVA ALIMENTOS LTDA		40.712.072/0001-86	INOVA		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,3000	14/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38015705900042026		14/04/2026	39		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis para os meses de maio a agosto de 2026.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380157	ESP-PENIT. ODON RAMOS MARANHAO DE IPERO		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
INOVA ALIMENTOS LTDA		40.712.072/0001-86	INOVA		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	PREFEITURA DE NOVAS TEBAS - PR - Compras.gov.br	56	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 6,8900	13/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98991305900922025		13/04/2026	249		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para contratação de empresa visando a aquisição de gêneros alimentícios destinados a todas as Escolas Municipais, CMEIS, Hospital Municipal, Casas Lar e demais Secretarias e Departamentos pertencentes ao município		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Municipal		989913	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
IDEAL LICITACOES LTDA		53.569.690/0001-60	CIALHO		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	630	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 9,9000	07/04/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98122305900042026		07/04/2026	35		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios para atender às necessidades de todas as unidades da Prefeitura Municipal de Urucui /PI, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Termo de Referência.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		981223	PREF.MUN. DE URUCUI		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
KELSON OLIVEIRA COSTA URUCUI LTDA		21.590.630/0001-33	POTE/KG		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

11	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	7	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 21,0000	01/04/2026	Sim
----	---	--	---	------------------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15827306000032026	01/04/2026	23	Aquisição emergencial de gêneros alimentícios destinados à oferta de merenda escolar para suprir as necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus São Gabriel da Cachoeira – IFAM/CSGC.
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	158273	INST.FED.AMAZ./CAMPUS S.GABRIEL DA CACHOEIRA	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
NEIDIRENE SILVA DE OLIVEIRA	23.876.953/0001-13	Conforme Fornecedor	Dispensa
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Sem critério de julgamento			

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
AM/São Gabriel da Cachoeira	S Gabriel Cachoeira	69750000	7

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

12	I	ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	90	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 10,4800	20/03/2026	Não
----	---	---	----	------------------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98109405900012026	20/03/2026	104	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das secretarias municipais, incluindo ovos de páscoa, bem como a aquisição de carnes e óleos vegetais para a manutenção da merenda escolar da rede municipal de ensino de Santa Cruz Do Xingu MT.
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	981094	PREFEITURA MUNICIPAL SANTA CRUZ DO XINGU	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
COMERCIAL LUAR LTDA	02.545.557/0001-33	TIO JONAS	Pregão
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	622	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 5,9000	19/03/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
16034205900302026		19/03/2026	213		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios (QR) 2º semestre.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		160342	BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE NATAL		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
NUTRICELLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		12.433.700/0001-59	Embal. 1 KG		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	340	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,8900	11/03/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
16012205900112025		11/03/2026	115		Objeto: Pregão Eletrônico - O presente objetotem por aquisição de Gêneros Alimentícios (Enlatados, Hortifrutigranjeiros, produtos de armazém e panificação)		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		160122	55 BATALHAO DE INFANTARIA		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
DISTRARMINDO ALIMENTOS LTDA		34.558.525/0001-69	temperatta		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	300	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 12,0000	19/02/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
15814405900012026		19/02/2026	96		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição GênerosAlimentícios para atender o Restaurando do Campus São Vicente.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		158144	INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
IMPERIO FRUTAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		40.812.830 /0001-38	UNIDADE		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	500	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 19,9900	19/02/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98786905900512025		19/02/2026	213		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição futura de itens de gênero alimentícios, para atender uma demanda de todas assecretarias e/ou departamentos da prefeitura municipal de são jerônimo da serra pr		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		987869	PREFEITURA MUN.DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA/PR		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVICOS LTDA		54.205.260 /0001-22	D'mille		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	120	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,1200	11/02/2026	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
16052405900042025		11/02/2026		235		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios de mercearia, hortifrutigranjeiros e panificados para o 15º B Log e demais OMs pertencentes ao GCALC da 15ª Bda Inf Mec.	
Esfera		UASG		Nome UASG		Forma	
Federal		160524		15 BATALHAO LOGISTICO		SISRP	
Fornecedor		Ni Fornecedor		Marca/modelo		Modalidade	
NUTRINGA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		24.582.776/0001-25		NUTRINGÁ		Pregão	
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1154	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,1200	11/02/2026	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
16052405900042025		11/02/2026		60		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios de mercearia, hortifrutigranjeiros e panificados para o 15º B Log e demais OMs pertencentes ao GCALC da 15ª Bda Inf Mec.	
Esfera		UASG		Nome UASG		Forma	
Federal		160524		15 BATALHAO LOGISTICO		SISRP	
Fornecedor		Ni Fornecedor		Marca/modelo		Modalidade	
NUTRINGA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		24.582.776/0001-25		NUTRINGÁ		Pregão	
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	60	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 12,8500	27/01/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
15814805900542025		27/01/2026	538		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		158148	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
INOVACAO LTDA		19.634.357/0001-50	Tempero Tipo: Comple		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	50	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 12,8800	27/01/2026	Sim
Id da Compra			Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra	
15814805900542025			27/01/2026	285		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios	
Esfera			UASG	Nome UASG		Forma	
Federal			158148	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA		SISRP	
Fornecedor			Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade	
SA COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA			46.205.236/0001-65	Tempero		Pregão	
Índice e Valor			Ata	Edital		Compra	
-			Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	4	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 12,8700	27/01/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
15814805900542025		27/01/2026	130		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		158148	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
DIEGO ADRIANO PENA DE SOUZA MERCEARIA		17.442.430/0001-66	CAMPILAR		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	2112	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 5,1500	21/01/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
45320405900062025		21/01/2026	223		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual e futura contratação de empresaespecializada no fornecimento de gêneros alimentícios, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		453204	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
DISTRIBUIDORA ABC LTDA		40.981143/0001-46	CASTELO		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	36	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,1000	07/01/2026	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38022805900312025		07/01/2026	43		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Generos alimenticios estocaveis		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380228	ESP-PENIT. JOAO A. PANUCCI DE MARABA PTA		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
NUTRINGA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		24.582.776/0001-25	NUTRINGÁ		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 10,4500	30/12/2025	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
38024805900262025		30/12/2025	19		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gêneros Alimentícios - complemento.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		380248	ESP-PENITENCIARIA DE FRANCA		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
NUTRINGA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		24.582.776/0001-25	NUTRINGÁ		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	ESP-ESCOLA PREPARATOR. DE CADETES DO EXÉRCITO - Compras. gov.br	1240	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,9500	26/12/2025	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
16046805900092025		26/12/2025	235		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		160468	ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
NUTRINGA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		24.582.776/0001-25	NUTRINGÁ		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	604	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 5,0000	22/12/2025	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
16053105900042025		22/12/2025	214		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros perecíveis e não perecíveis, bem como, demais produtos destinados ao aquecimento de água, geração de vapor, cocção e distribuição de alimentos, em proveito da Escola de Aperfeiçoamentode Sargentos das Armas e órgãos participantes.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		160531	ESCOLA DE APERFEICOAMENTO DE SARGENTOS		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
JF RAMOS SILVEIRA LTDA		42.846.652/0001-91	KG		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
27	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	833	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 5,7500	14/12/2025	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
73310005900032025		14/12/2025	63		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios diversos.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		733100	CENTRO DE AVALIAÇÃO DA ILHA DA MARAMBAIA		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
ECCAGIO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		10.511.650/0001-55	2025		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores

que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

COMPLEXO PENAL I DE GUARULHOS

Processo Administrativo nº **006.00135030/2026-14**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXX/2026**,
CELEBRADO ENTRE O(A) O **ESTADO DE SÃO PAULO**,
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA,
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, POR
INTERMÉDIO DO COMPLEXO PENAL I DE
GUARULHOS E **(RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR)**.

O Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária, por intermédio do(a) **Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo pelo Complexo Penal I de Guarulhos**, com sede no(a) Rua Benedito Climério de Santana, 600 – Várzea do Palácio, na cidade de Guarulhos/Estado de São Paulo, neste ato representado(a) Chefe de Departamento, **Claudinei Teixeira de Souza**, inscrito(a) no CPF sob o nº 093.774.048-94, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) **(RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR)**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **00.000.000/0000-00**, sediado(a) na **(Endereço do Fornecedor)**, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por **(“CONTRATADA” Responsável Legal pelo Contrato) “Cargo do Representante”**, inscrito(a) no CPF sob o nº **000.000.000-00**, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 006.00135030/2026-14** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **900XX/2026**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Aquisição de Gêneros Alimentícios (Estocáveis)**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. **O fornecimento do objeto será com entrega parcelada.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **XX/05/2026 a 31/08/2026**.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do [artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada está na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art.92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 0,00 (valor por extenso)**

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. **Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a data da pesquisa de preços 00/00/2025.**

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da nulidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **10 (dez) dias** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo [131 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.10. **NÃO SE APLICA;**

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.3. Comunicar ao contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do [artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.16. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos [§§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do [inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. Pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no [artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- IV. **Multa**: Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos [137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos [artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade: **380127**

13.1.2. Fonte de Recursos: **150010001**

13.1.3. Programa de Trabalho: **380328**

13.1.4. Elemento de Despesa: **339030**

13.1.5. Plano Interno: **0336**

13.1.6. Nota de Empenho:

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes](#), e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c [art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Guarulhos/SP, data da última assinatura eletrônica das partes.

Claudinei Teixeira de Souza

RG: 22.139.525-8

CPF: 093.774.048-94

CONTRATADA

(“CONTRATADA” Responsável Legal pelo Contrato)

DOC: 00.000.000-0

CPF: 000.000.000-00

TESTEMUNHA:

Weslei Fernando Vieira

RG: 40.701.229-8

CPF: 227.735.488-09



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CADMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
02						
...						

Eu, _____, portador do CPF nº _____,
representante legal do fornecedor _____ (nome empresarial ou
denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº ____/____,
Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada
compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas
assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas
convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na
data de entrega da proposta.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)